

A Memória da Luz: do Alqueva à Aldeia da Luz *

Com 96 metros de altura máxima desde as fundações, o Alqueva está longe de ser a maior barragem portuguesa mas, mais do que uma *simples* barragem, o Alqueva é um *empreendimento de fins múltiplos*. Compreende também o açude do Guadiana, duas albufeiras — a de Alqueva e a de Pedrógão — que se estendem pelos concelhos de Alandroal, Elvas, Évora, Moura, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Portel, e ainda uma extensa área de regadio, de aproximadamente 110 mil hectares, abrangendo doze concelhos do Alto e Baixo Alentejo: Serpa, Alcácer do Sal, Aljustrel, Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo, Évora, Moura, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira.

A albufeira do Alqueva, com 250 quilómetros quadrados de superfície (dos quais, 35 quilómetros quadrados em Olivença e Espanha), será um dos maiores lagos da Europa, com 83 quilómetros de comprimento, 10 quilómetros de largura em alguns pontos e 1100 metros de perímetro de margens.

O açude de Pedrógão, que se localiza a 23 quilómetros a jusante da barragem do Alqueva, vai criar uma segunda reserva de água que, durante as horas de vazio de consumo de energia eléctrica, será bombeada novamente para montante do Alqueva, permitindo o melhor aproveitamento hidroeléctrico das águas em períodos de escassez.

Curiosamente, a selecção do local de implantação da barragem não foi a opção mais polémica, na medida em que o ponto escolhido era o único acidente fisiográfico da região com capacidade de encaixe para o armazenamento de 4150 hectómetros cúbicos de água (dos quais apenas 3150 são volume útil), servindo dois





fins imediatos: a criação de uma reserva estratégica de água e a produção de energia hidroeléctrica. A par destes, vêm muitos outros efeitos vantajosos indirectos: a regularização do rio Guadiana, a recarga de águas subterrâneas, a atenuação dos efeitos da seca, a substituição das culturas de sequeiro por regadio, a reversão do processo de desertificação física e humana e a consequente diversificação das actividades económicas, a criação de novos postos de trabalho, o aumento da capacidade de atracção empresarial e o desenvolvimento turístico do Alentejo.

De facto, durante a discussão do projecto, o principal ponto de discórdia foi a cota de enchimento da barragem. O valor proposto pelos ecologistas, pertencentes ao denominado «Movimento cota 139», situava-se nos 139 metros acima do nível do mar; os valores defendidos pelos promotores do empreendimento eram 152 metros, como cota máxima, e 145, como cota média plurianual. Uma discussão tão acesa a propósito de escassos 13 metros compreende-se, se pensarmos que as vertentes do vale do Guadiana são muito pouco declivosas, pelo que cada metro a mais de enchimento corresponde a muitos quilómetros quadrados de solo inundado. Ora, entre a cota 139 e a 152 a área submersa duplica, o que explica bem as intenções dos movimentos ecologistas.

Impactes ambientais e outros

Indubitavelmente, este é um projecto polémico, cuja realização foi adiada durante décadas, e cujos impactes estratégicos, agrícolas, energéticos, económicos, culturais, arqueológicos, paisagísticos, turísticos, ecológicos, sociais, materiais, climáticos, ou tectónicos, são muitos e variados.

Também a nível da flora e vegetação terrestres os impactes se farão sentir, com o corte de azinhas, sobreirais, carrasais, juncais, medronhais, urzais, etc., num total de mais de 1 milhão e 200 mil árvores. Globalmente podemos afirmar que há 13 espécies afectadas em mais de 30 por cento do seu nível nacional e duas espécies especialmente afectadas: a *Marsilea batardae* e a *Linaria ricarlei*.

A flora e vegetação tão particulares, associadas à cultura de sequeiro, constituiam o *habitat* que permitia a

presença de inúmeras espécies animais em perigo: o grou, o goraz, as águias reais, as águias bonelli, as aves de rapina nocturnas e a cegonha negra são as principais aves ameaçadas e o morcego-rato-grande, os gatos bravos, os linceis ibéricos e as lontras são os mais importantes mamíferos em risco.

Mas é ao nível do meio aquático que as modificações serão mais sensíveis em virtude da transformação das águas em movimento (típicas de um rio) em águas paradas (típicas de uma albufeira) afectando nomeadamente os peixes (saramugo, pardelha e diversas variedades de barbo) e a vegetação halofítica.

Outros impactes menos óbvios, mas igualmente certos, são a redução das amplitudes térmicas, a influência sobre a dinâmica estuarina e costeira, o acréscimo da salinidade média, a salinização dos solos e a perda de qualidade da água. Existem ainda os riscos ligados à construção sobre falhas tectónicas e à bilharziose, doença humana endémica característica das zonas de albufeira. Finalmente, não são menos importantes os impactes sobre o valioso património cultural da região. Até à data foram identificados mais de duzentos sítios arqueológicos de maior ou menor relevo (dez dos quais em Olivença e Espanha), desde o paleolítico até à época moderna.

Medidas minimizadoras

As acções de minimização destes e outros impactes ambientais e patrimoniais, que foram identificados e quantificados no estudo integrado de impacte ambiental do Empreendimento de Alqueva, de Fevereiro de 1995, estão a ser acompanhadas pela Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-estruturas do Alqueva, criada por despacho ministerial em 6 de Março de 1997.

Assim, para controlar os possíveis deslocamentos nas zonas das falhas activas, foram propostas as seguintes medidas minimizadoras:

- a)* instalação de uma rede geodésica para controlo geodinâmico de todo o vale do Alqueva utilizando técnicas geodésicas terrestres e espaciais (*global position system* – GPS);
- b)* instalação de uma rede de sete estações sísmicas para recolha e tratamento de dados;





- c) proibição de construção nas áreas de impacte máximo da onda de cheia, em caso de cheia por ruptura;
- d) instalação de sistemas de aviso da população.

Quanto à flora, as medidas de minimização e compensação de impactes beneficiaram especialmente o *Narcissus Cavanillesii*, espécie única e ameaçada de extinção. Esta variedade de narciso foi objecto de medidas especiais de protecção consistindo na remoção da totalidade dos núcleos populacionais e sua translocação para uma cota superior.

Relativamente à vegetação, está em execução um Plano de Protecção, Recuperação e Valorização do coberto vegetal na periferia das albufeiras do Alqueva e Pedrógão, além da sementeira, plantação e transplante de árvores importantes, como oliveiras, azinheiras e sobreiros.

Pontualmente, também uma espécie animal beneficiou de medidas de minimização: o morcego-rato-grande (*Myotis-myotis*) para o qual foi reconstruído um túnel que servirá de *habitat* artificial.

Para valorização do património natural foi aprovado o Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Coitadinha que visa definir um modelo de gestão que permita aproveitamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável e, especialmente, a valorização ambiental da Herdade da Coitadinha. Este projecto prevê a criação de um Centro de Interpretação Ambiental, biblioteca, laboratórios, salas de exposições, museu, além de outros equipamentos de utilidade turística. Já no campo do património arqueológico, as medidas de minimização de impactes foram de três tipos:

- a) desmontagem e transferência para outro local, com vista à preservação *ex situ* (por exemplo, o caso do Cromeleque do Xerez);
- b) no caso dos monumentos que não serão removidos, recorreu-se a técnicas tão sofisticadas como a construção de «sarcófagos» *in situ*, como forma de preservação reversível, de monumentos maiores e mais sensíveis. Este foi o procedimento seguido para o Castelo da Lousa, fortificação romana de xisto, de forma rectangular, datando do séc. I A.C., situada a 10 km de Mourão;
- c) ainda quanto aos monumentos que vão ser mantidos no local e, consequentemente, submersos, procedeu-se

ao *levantamento* e registo tridimensional por recurso a técnicas de triangulação laser, para fins museológicos, de divulgação junto do público e de investigação científica. Foi o que se passou com as gravuras rupestres do Paleolítico.

A Aldeia da Luz

Mas entre todos os impactes resultantes do empreendimento do Alqueva, a submersão da Aldeia da Luz será, sem dúvida, o maior impacte social e, claramente, o que maior repercussão mediática teve.

Além da Aldeia da Luz haverá 95 habitações isoladas — montes — que ficarão igualmente submersas. Mas na Aldeia da Luz, situada na margem esquerda do Guadiana, sede da freguesia da Luz, no concelho de Mourão, existem 193 casas de habitação de tipo rural e todas elas serão submersas. Desses quase 200 casas, apenas 22 estão desabitadas, 32 são meras habitações temporárias e 10 são arrendadas. Os 369 (segundo dados de 2001 do Instituto Nacional de Estatística) residentes da Aldeia da Luz, que se dedicam predominantemente à agricultura, possuem baixa taxa de escolaridade e são uma população envelhecida, como pode ver-se no quadro seguinte:

| Idade | 0-15 | 16-20 | 21-40 | 41-60 | > 60 |
|------------|------|-------|-------|-------|------|
| Indivíduos | 62 | 20 | 77 | 91 | 108 |

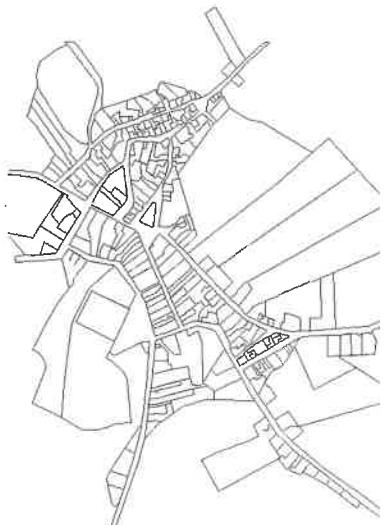
Por acordo com a população, a minimização do impacte resultante da submersão da aldeia passou pela construção de uma nova aldeia, situada na mesma freguesia da Luz (uma das três que pertencem ao concelho de Mourão), apenas um par de quilómetros a nordeste da antiga.

Para os moradores da antiga Aldeia da Luz, prossegue ainda a contagem decrescente, até ao dia em que deverão mudar-se para a nova aldeia e aí aguardar a lenta submersão da sua velha aldeia, o que deverá acontecer já nos alvares de 2002.

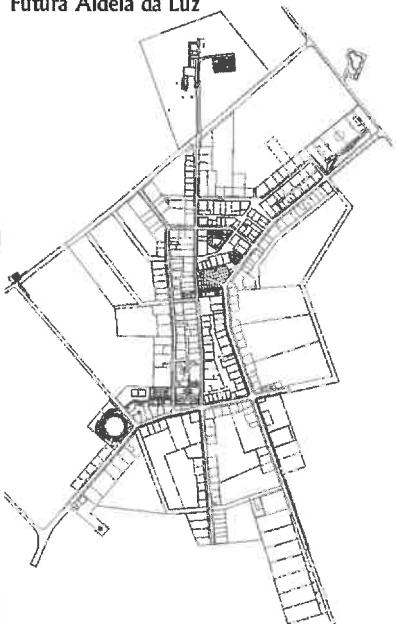
Contrariando a ideia de construir uma nova aldeia como um bairro social, houve a preocupação de



Actual Aldeia da Luz



Futura Aldeia da Luz



preparar vinte e cinco projectos-tipo de habitação e de permitir a personalização de cada construção, deixando os acabamentos à escolha dos futuros moradores, embora dando preferência aos materiais tradicionais.

O resultado foi uma réplica museológica de uma aldeia rural alentejana, onde estão presentes as principais características físicas da verdadeira Aldeia da Luz, mas à qual falta (ainda) um *sopro de alma*. Para quem entra na nova Aldeia da Luz prende a atenção o aspecto cénico das casas imaculadas, algumas delas construídas segundo as técnicas tradicionais, em xisto e cana, sempre caiadas de branco, onde sobressaem as chaminés e as cores típicas. Parece uma aldeia estranhamente nova e bem alinhada, composta por 210 casas de habitação prontas a estrear, encimadas por chaminés *mouriscas* (inexistentes na antiga Aldeia da Luz e que vieram duplicar o número de chaminés tradicionais do concelho de Mourão), 16 edifícios de equipamento colectivo de moderníssima arquitectura (a junta de freguesia, a capela, o pavilhão polidesportivo, a escola primária, a praça de touros conversível em recinto em anfiteatro para espectáculos ao ar livre, etc.) e 11 comércios.

Mas, se as quisermos comparar, encontramos ainda semelhanças entre as duas aldeias: as ruas são as mesmas (embora mais largas), é o mesmo o largo 25 de Abril (embora maior), o fontanário público caiado é uma réplica exacta do antigo (embora esteja agora mais perto da escola primária), a traça da nova Igreja Matriz é idêntica à original e receberá o altar-mor, que será retirado da antiga, só após a Missa do Galo de 2001 (embora a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz, que data dos séculos XV a XVIII, tenha portais góticos, capitéis lavrados com motivos tradicionais, como parras, pinhas e bolotas e um fresco seiscentista na cúpula da capela-mor).

Resta fazer uma referência ao cemitério, o aspecto mais melindroso de todo o processo de reconstrução da nova Aldeia da Luz e que será, por exigência da população, integralmente trasladado para junto da nova Igreja Matriz.

Com a construção da Aldeia da Luz ganham os moradores em qualidade de vida, ganha-se uma

barragem e ganha-se experiência de participação pública e envolvimento cívico. Mas quando, em 2002, os 369 habitantes se instalarem definitivamente na novíssima Aldeia da Luz, onde se espera que «a população recrie no novo espaço a vivência de toda a comunidade», será que vai tudo com eles ou há algo que fica? Além das velhas casas desabitadas, da capela vazia, do parque infantil deserto, do fontanário abandonado, ficam a História e a memória, indelevelmente escritas nos lugares onde as vidas se desenrolaram.

CEDOUA

* Este *dossier* faz parte integrante do projecto: "Seminar on the present regime and future trends of the environmental assessment: European Regime, transposition and implementation in Portugal".

